

ORA newsletter

Nº 49 – FEVEREIRO/2011
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Janeiro de 2011	1
Alguns Aspectos do novo Código Contributivo	2
Revisores e Auditores	11

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – JANEIRO DE 2011

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro - Integra no regime geral de segurança social os trabalhadores bancários e outros trabalhadores inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários para efeitos de protecção nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e velhice e extingue a Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro - Procede à regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro.

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2011, de 4 de Janeiro - Concretiza as orientações para aplicação da redução remuneratória nas empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o sector empresarial regional e municipal.

Instituto de Seguros de Portugal - Norma Regulamentar n.º 22/2010-R, de 6 de Janeiro - Plano de Contas para as Empresas de Seguros - Altera a Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de Abril.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de Janeiro - Regula o regime jurídico da arbitragem em matéria tributária, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 124.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril. A introdução no ordenamento jurídico português da arbitragem em matéria tributária, como forma alternativa de resolução jurisdicional de conflitos no domínio fiscal, visou três objectivos principais: por um lado, reforçar a tutela eficaz dos direitos e interesses legalmente protegidos dos sujeitos passivos, por outro lado, imprimir uma maior celeridade na resolução de litígios que opõem a administração tributária ao sujeito passivo e, finalmente, reduzir a pendência de processos nos tribunais administrativos e fiscais.

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011 de 25 de Janeiro - Determina a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no sistema educativo no ano lectivo de 2011-2012 e, a partir de 1 de Janeiro de 2012, ao

1/11

ORA newsletter

Nº 49 – FEVEREIRO/2011
(circulação limitada)

Governo e a todos os serviços, organismos e entidades na dependência do Governo, bem como à publicação do Diário da República.

Ministério da Justiça - Portaria n.º 54/2011, de 28 de Janeiro - Cria o serviço de disponibilização online de informação não certificada, existente sobre a descrição do prédio e a identificação do proprietário, designado por informação predial simplificada.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 59/2011, de 31 de Janeiro – Define o montante do capital social mínimo para as sociedades de microcrédito, o qual não poderá ser inferior a 1 milhão de euros.

CÓDIGO CONTRIBUTIVO – PRINCIPAIS ASPECTOS

A Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, aprovou o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (adiante designado de Código Contributivo ou CC), a qual previa a entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2010. Posteriormente, a Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro veio alterar a entrada em vigor para 1 de Janeiro de 2011.

Este código regula os regimes abrangidos pelo sistema previdencial aplicáveis aos trabalhadores por conta de outrem ou em situação legalmente equiparada para efeitos de segurança social, aos trabalhadores independentes e ao regime de inscrição facultativa. Assim, face à relevância da matéria em causa, abordamos neste artigo os diversos regimes de forma sintetizada, com enfoque nos aspectos que alteram as disposições anteriores.

Apesar das matérias abordadas contemplarem as alterações introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2011 (OE 2011), face à sua importância estas encontram-se referidas especificamente em cada regime abordado.

Trabalhadores por conta de outrem

Âmbito de aplicação – artigos 24.º a 27.º do CC

Encontram-se abrangidos por este regime os trabalhadores que exercem actividade profissional ao abrigo de contrato de trabalho e pessoas singulares que, em função das características específicas da actividade exercida sejam, nos termos do Código Contributivo, consideradas em situação equiparada às do trabalhador por conta de outrem (TCO).

As entidades empregadoras abrangidas são todas as pessoas singulares ou colectivas que beneficiem da actividade dos trabalhadores, independentemente da sua natureza e das finalidades que prossigam.

ORA newsletter

Nº 49 – FEVEREIRO/2011
(circulação limitada)

Relação Jurídica de Vinculação – artigo 29.º do CC

A comunicação da admissão de trabalhadores é obrigatoriamente comunicada nas vinte e quatro horas anteriores ao início da produção de efeitos do contrato de trabalho, pelas entidades empregadoras, através de qualquer meio escrito ou online à instituição de Segurança Social competente.

Obrigações dos contribuintes – artigos 37.º a 43.º do CC

O prazo de entrega da declaração de remunerações passa a ser efectuado até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que diz respeito, com o prazo de pagamento das contribuições e quotizações a ser efectuado até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que diz respeito.

O suporte da declaração, em regra, mantém-se através de transmissão electrónica, com excepção das entidades empregadoras com apenas uma pessoa ao serviço, as quais podem optar pelo seu envio em suporte de papel.

As principais alterações ocorridas em caso de incumprimento são as seguintes:

- A não inclusão de trabalhador na declaração de remunerações constitui uma contra-ordenação muito grave;
- A falta de entrega das declarações de remunerações ou de elementos desta, constitui contra-ordenação leve se cumprida nos 30 dias seguintes ao termo do prazo ou grave nas demais situações;
- A utilização de suporte da declaração de remunerações diferente do previsto, determina a rejeição da declaração sendo considerada como não entregue.

Base de incidência contributiva – artigos 44.º a 48.º do CC

Nos termos do n.º2 do artigo 46.º do CC, damos nota das novas prestações integradas na base de incidência:

- As despesas de representação desde que se encontrem pré-determinadas e das quais não tenham sido prestadas contas até ao termo do exercício;
- Ajudas de custo, abonos de viagem, despesas de transporte e outras equivalentes (sujeitas a incidência contributiva nos termos previstos no CIRS);
- Os abonos para falhas (sujeitas a incidência contributiva nos termos previstos no CIRS);
- Os montantes atribuídos aos trabalhadores a título de participação nos lucros da empresa, desde que ao trabalhador não se encontre assegurada pelo contrato uma

ORA newsletter

Nº 49 – FEVEREIRO/2011
(circulação limitada)

remuneração certa, variável ou mista adequada ao seu trabalho (entrada em vigor diferida);

- A utilização pessoal de viatura automóvel, desde que exista acordo escrito onde conste a afectação em permanência ao trabalhador de uma viatura concreta, encargos inteiramente suportados pela entidade empregadora e menção expressa da possibilidade de utilização da viatura pelo trabalhador para fins pessoais ou durante 24 horas por dia. O limite previsto é de 0,75% do custo de aquisição da viatura (aditamento do artigo 46.º-A);
- As despesas de transporte suportadas pela entidade empregadora para custear as deslocações em benefício dos trabalhadores, na medida em que: tenha carácter geral; não se traduzam na utilização de meio de transporte disponibilizado pela entidade empregadora ou excedam o valor do passe social ou, na falta deste, o que resultaria da utilização de transportes colectivos;
- A compensação por cessação do contrato de trabalho por acordo apenas nas situações com direito a prestações de desemprego (sujeitas a incidência contributiva nos termos previstos no CIRS);
- Os valores suportados pela entidade empregadora com aplicações financeiras a favor dos trabalhadores (seguros do ramo Vida, fundos de pensões ou PPR ou regimes complementares de Segurança Social), quando sejam objecto de resgate, adiantamento, remissão ou qualquer outra forma de antecipação de correspondente disponibilidade ou em qualquer caso de recebimento de capital antes da data da passagem à situação de pensionista ou fora dos condicionalismos legalmente estabelecidos (entrada em vigor diferida);
- As importâncias auferidas pela utilização de automóvel próprio em serviço da entidade empregadora (sujeitas a incidência contributiva nos termos previstos no CIRS);
- As prestações relacionadas com o desempenho obtido pela empresa quando, quer o respectivo título atribuído, quer pela sua atribuição regular e permanente, revistam carácter estável independentemente da variabilidade do seu montante (entrada em vigor diferida).

A integração das prestações referidas anteriormente, que entrem em vigor em 1 de Janeiro de 2011, será efectuada de forma progressiva (33% em 2011; 66% em 2012 e 100% em 2013).

Tendo em consideração o disposto no artigo 48.º do CC, destacamos as novas exclusões:

- Os valores compensatórios pela não concessão de dias de folga;
- Os subsídios concedidos aos trabalhadores para compensação de encargos com lares de idosos e outros serviços ou estabelecimentos de apoio social;

ORA newsletter

Nº 49 – FEVEREIRO/2011
(circulação limitada)

- Os valores correspondentes a subsídios de férias, de Natal e outros análogos relativos a base de incidência convencionais;
- A compensação por cessação do contrato de trabalho por não concessão de aviso prévio, por caducidade e por resolução pelo trabalhador;
- As importâncias referentes ao desconto concedido aos trabalhadores na aquisição de acções da própria entidade empregadora ou do grupo desta.

Conceito de Regularidade – artigo 47.º do CC

A Prestação reveste carácter de regularidade quando constitui direito do trabalhador, por se encontrar pré-estabelecido segundo critérios objectivos e gerais, ainda que condicionais, para que este possa contar com o seu recebimento, independentemente da frequência da concessão.

Taxas Contributivas – artigos 49.º a 60.º do CC

A taxa contributiva global mantém-se igual à praticada anteriormente (entidade empregadora 23,75% e trabalhador 11%), com cobertura do custo de todas as eventualidades.

A adequação das taxas contributivas a cargo da entidade empregadora é efectuada da seguinte forma: (i) nos contratos sem termo é aplicada uma diminuição em 1 ponto percentual; e (ii) nos contratos a termo, acrescem 3 pontos percentuais (entrada em vigor diferida).

Salientamos, que se encontram previstas taxas contributivas mais favoráveis (artigos 56.º a 59.º do CC), dependendo da verificação de uma das seguintes situações: redução do âmbito material do regime geral, sectores de actividade economicamente débeis, medidas de estímulo ao aumento de postos de trabalho e prossecução de actividades por entidades sem fins lucrativos.

Alterações introduzidas pelo OE 2011

Foram clarificados/redefinidos alguns conceitos que constituem a base de incidência (despesas de representação, utilização pessoal de viatura automóvel, despesas de transporte e gratificação de carácter regular), através da alteração aos artigos 46.º e 47.º do CC.

Entrada em vigor diferida, após regulamentação, não antes de 2014 e precedida de avaliação pela Comissão de Concertação Social para as seguintes componentes da base de incidência: (i) participação nos lucros da empresa; (ii) valores suportados pela entidade empregadora com aplicações financeiras, seguros de Vida, fundos de pensões e PPR ou regimes complementares de Segurança Social; (iii) prestações relacionadas com o desempenho obtido pela empresa; e (iv) adequação das taxas contributivas em função do vínculo contratual (alteração ao artigo 4.º e 6.º do CC).

ORA newsletter

Nº 49 – FEVEREIRO/2011
(circulação limitada)

Foram clarificadas as condições para que despesas de transporte e os encargos com a utilização pessoal de viatura automóvel integrem a base de incidência (alteração ao artigo 46.º e aditamento do artigo 46.º-A do CC).

Introduziu-se a exclusão da base de incidência da compensação por cessação do contrato de trabalho por não concessão de aviso prévio, por caducidade e por resolução pelo trabalhador (alteração ao artigo 48.º do CC).

Trabalhadores independentes

Âmbito de aplicação – artigos 132.º a 142.º do CC

Encontram-se excluídas do âmbito pessoal deste regime as seguintes situações: (i) advogados e solicitadores; (ii) alguns trabalhadores agrícolas (quando se afira que os produtos se destinam predominantemente ao consumo dos seus titulares e dos respectivos agregados familiares); e (iii) trabalhadores destacados em Portugal, com carácter temporário, desde que comprovem o seu enquadramento em regime de protecção social obrigatório de outro país.

Consideram-se abrangidas pelo presente regime na qualidade de entidades contratantes as pessoas colectivas e as pessoas singulares com actividade empresarial, independentemente da sua natureza e das finalidades que prossigam, que no mesmo ano civil beneficiem de pelo menos 80% do valor total da actividade de trabalhador independente. De salientar, que os serviços prestados a empresas do mesmo “agrupamento empresarial” são considerados como prestados à mesma entidade contratante.

O exercício cumulativo de actividade independente e de outra actividade profissional, abrangida por diferente regime obrigatório de protecção social, não afasta o enquadramento obrigatório no regime dos trabalhadores independentes, sem prejuízo do reconhecimento do direito à isenção da obrigação de contribuir. Os regimes obrigatórios a considerar são: regime geral dos TCO; regime de protecção social convergentes dos trabalhadores que exercem funções públicas; e regimes de protecção social estrangeiros relevantes.

A protecção social conferida por este regime integra protecção nas eventualidades de doença, parentalidade, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte, deixando de fora a protecção no desemprego.

Relação Jurídica de Vinculação – artigos 143.º a 149.º do CC

A Administração Fiscal comunica oficiosamente, por via electrónica, à Segurança Social, o início de actividades dos trabalhadores independentes, com base nesta comunicação a Segurança Social procede à identificação do trabalhador ou à respectiva actualização. Assim, procede à inscrição do trabalhador (quando necessário) ou ao respectivo enquadramento no regime dos trabalhadores independentes (mesmo que se encontrem nas condições de direito à isenção), com posterior notificação do trabalhador da inscrição e enquadramento efectuados.

ORA newsletter

Nº 49 – FEVEREIRO/2011
(circulação limitada)

Obrigações dos Contribuintes – artigos 150.º a 161.º do CC

Apresentação, até ao dia 15 de Fevereiro do ano civil seguinte ao que respeita, da declaração do valor da actividade. A não entrega da declaração referida constitui uma contra-ordenação leve, se cumprida nos 30 dias subsequentes ao termo do prazo, e contra-ordenação grave, nas demais situações.

A obrigação contributiva constitui-se com o início dos efeitos do enquadramento ou da cessação da isenção.

O pagamento das contribuições tem periodicidade mensal, sendo efectuada até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que respeita.

Situações de isenção de pagamento das contribuições:

- Acumulação com actividade por conta de outrem se, cumulativamente, cumprir as seguintes condições: as actividades prestadas a empresas distintas, sem existência de relação de domínio ou de grupo; o exercício de actividade por conta de outrem determine o enquadramento obrigatório noutro regime de protecção social que cubra a totalidade das eventualidades abrangidas por este regime; o valor da remuneração anual considerada para outro regime de protecção social seja igual ou superior a 12 vezes o valor do Indexante de Apoios Sociais (IAS);
- Acumulação com situação de pensionista de invalidez ou de velhice;
- Acumulação da titularidade de pensão resultante da verificação de risco profissional que sofra de incapacidade para o trabalho igual ou superior a 70%;
- Quando o trabalhador seja enquadrado após 01.01.2011, cujo seu rendimento não atinja 12 vezes o valor do IAS, pode requerer a isenção desde que tenha esgotado o tempo de opção de contribuir com base no duodécimo do seu rendimento.

A obrigação contributiva das entidades contratantes constitui-se no momento em que a Segurança Social apura oficiosamente o valor dos serviços que lhe foram prestados, sendo o pagamento efectuado numa base anual, o qual será devido até ao dia 20 do mês seguinte ao da emissão do documento de cobrança e refere-se aos serviços adquiridos no ano civil anterior.

Base de incidência contributiva – artigos 162.º a 167.º do CC

O rendimento relevante é apurado pela Segurança Social com base nos valores declarados para efeitos fiscais. Este é determinado com base nas seguintes fórmulas: (i) 70% do valor total da prestação de serviços; e/ou (ii) 20% dos rendimentos associados à produção e venda de bens. A aplicar no ano civil imediatamente anterior ao momento de fixação da base de incidência.

ORA newsletter

Nº 49 – FEVEREIRO/2011
(circulação limitada)

De referir, que o rendimento relevante do trabalhador independente abrangido pelo regime de contabilidade organizada, previsto no CIRS, corresponde ao valor do lucro tributável, sempre que este seja inferior ao que resulta do critério mencionado no parágrafo anterior, tendo em consideração o limite mínimo estabelecido (2.º escalão).

Ao duodécimo de rendimento relevante, convertido em percentagem do IAS, corresponde o escalão de remuneração convencional cujo valor seja imediatamente inferior. Os escalões da base de incidência variam entre 1 a 12 vezes o IAS, sendo o limite mínimo correspondente ao segundo escalão (1,5 vezes o IAS).

Encontra-se prevista uma base de incidência contributiva facultativa que prevê o seguinte:

- O trabalhador independente pode optar por ser posicionado no escalão abaixo do que lhe corresponde, sendo este direito de opção exercido oficiosamente pela Segurança Social, existindo a possibilidade de o trabalhador renunciar mediante requerimento;
- Em início ou reinício de actividade, nos casos em que o rendimento relevante seja igual ou inferior a 12 vezes o valor do IAS, o trabalhador pode requerer que lhe seja considerado como base de incidência o valor do duodécimo daquele rendimento, com o limite mínimo de 50% do valor do IAS, no máximo de 3 anos.

No que diz respeito às entidades contratantes, a base de incidência contributiva é o valor total dos serviços que lhe foram prestados pelos trabalhadores independentes no ano civil a que respeitam.

Taxas Contributivas – artigo 168.º do CC

As taxas contributivas a aplicar são as seguintes:

- Em geral: 29,6%;
- Produtores agrícolas e cônjuges, proprietários de embarcações e apanhadores de espécies marinhas e trabalhadores apeados: 28,3%;
- Entidades contratantes: 5%

Alterações introduzidas pelo OE 2011

O âmbito de aplicação para qualificação como entidades contratantes foi circunscrito aos casos em que, no mesmo ano civil, beneficiem de pelo menos 80% do valor total da actividade de trabalhador independente (alteração ao artigo 140.º do CC).

A obrigação das entidades contratantes efectuarem contribuições passa a ser realizada no momento em que os serviços da Segurança Social apuram oficiosamente o valor dos serviços que lhes foram prestados. Assim, as contribuições são devidas no ano civil seguinte por referência ao ano civil anterior (alteração ao artigo 150.º do CC).

ORA newsletter

Nº 49 – FEVEREIRO/2011
(circulação limitada)

O artigo 153.º do CC foi revogado, eliminando assim a obrigação de declaração de serviços adquiridos por parte das entidades contratantes, com o controlo a ser efectuado apenas com base na declaração do prestador de serviços.

A periodicidade do reporte das contribuições efectuadas pelas entidades contratantes foi alterada para uma base anual (alteração ao artigo 155.º do CC).

A base de incidência dos trabalhadores independentes abrangidos pelo regime de contabilidade organizada passa a poder corresponder ao valor do lucro tributável (alteração ao artigo 162.º do CC), existindo a introdução de um limite mínimo da base de incidência contributiva correspondente ao segundo escalão (alteração ao artigo 163.º do CC).

A base de incidência contributiva das entidades contratantes foi alterada, passando a incidir sobre o valor total dos serviços que lhe foram prestados no ano civil e não sobre o valor total de cada serviço prestado (alteração ao artigo 167.º do CC).

Eliminação do ajustamento progressivo inicialmente previsto (2,5% em 2011 e 5% em 2012) para a taxa contributiva aplicável às entidades contratantes, sendo de aplicação imediata a taxa de 5% (revogação da alínea f), do n.º1, do artigo 281.º do CC).

Procedeu-se à uniformização da taxa para 29,6% dos trabalhadores independentes através da alteração do artigo 168.º do CC (anteriormente, a taxa a aplicar aos prestadores de serviços era de 24,6%).

A determinação do rendimento relevante do trabalhador independente abrangido pelo regime de contabilidade organizada, previsto no CIRS passa a poder ser realizado com base no lucro tributável (alteração ao artigo 162.º do CC).

Membros dos órgãos estatutários

Âmbito de aplicação – artigos 61.º a 65.º do CC

São obrigatoriamente abrangidos pelo regime geral, com as especificidades previstas na presente subsecção, na qualidade de beneficiários, os membros dos órgãos estatutários (MOE) das pessoas colectivas e entidades equiparadas, ainda que sejam seus sócios ou membros.

São excluídas as pessoas singulares, casos de acumulação com outra actividade e situação de pensionista, tendo em consideração o respectivo cumprimento das condições estabelecidas.

A protecção social conferida por este regime integra protecção nas eventualidades de doença, parentalidade, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte, deixando de fora a protecção no desemprego.

ORA newsletter

Nº 49 – FEVEREIRO/2011
(circulação limitada)

Base de incidência contributiva e taxas contributivas – artigos 66.º a 69.º do CC

A base de incidência contributiva corresponde ao valor das remunerações efectivamente recebidas, com limite mínimo igual ao valor do IAS e o limite máximo igual a 12 vezes o IAS. O limite máximo é aferido em função de cada uma das remunerações auferidas pelos MOE em cada uma das pessoas colectivas em que exerçam esta actividade.

A taxa global a aplicar é de 29,6%, sendo que a parcela a cargo da entidade empregadora é de 20,3% e a cargo do MOE é de 9,3%.

Trabalhadores ao serviço de entidades sem fins lucrativos – artigos 110.º a 115.º do CC

As entidades abrangidas por este regime são: (a) Administração directa e indirecta do Estado; (b) Instituições personalizadas do Estado; (c) Instituições de utilidade pública do Estado; (d) Instituições de segurança social e previdência social; (e) Instituições particulares de solidariedade social (IPSS); (f) Igrejas, associações e confissões religiosas; (g) Associações, fundações, comissões especiais e cooperativas; (h) Associações de empregadores, sindicatos, uniões, federações e confederações; (i) Ordens profissionais; (j) Partidos políticos; (k) Casas do povo; (l) Caixas de crédito agrícola mútuo; (m) Entidades empregadoras de pessoas do serviço doméstico; e (n) Condomínios de prédios urbanos.

A taxa contributiva global a aplicar é de 33,3% (entidade empregadora = 22,3%; trabalhador = 11%), deixando de existir uma taxa específica para as IPSS. De referir, que os trabalhadores que exerçam funções públicas nas condições referidas no artigo 10.º e no n.º4 do artigo 88.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a taxa a aplicar é de 28,2% (17,2% a cargo da entidade empregadora e 11% a cargo do trabalhador).

Trabalhadores em regime de acumulação – artigos 129.º a 131.º do CC

Os trabalhadores que acumulem trabalho por conta de outrem (TCO) com actividade profissional independente para a mesma empresa ou para empresa do mesmo agrupamento empresarial ficam abrangidos pelo regime geral dos TCO, sendo-lhes aplicada a taxa social única à totalidade dos rendimentos auferidos, ou seja, a taxa aplicável aos rendimentos auferidos como independente é igual à que for aplicada ao respectivo contrato de trabalho por conta de outrem.

Sector bancário – artigo 3.º-A do CC

A lei que aprovou o OE 2011 aditou ao Código Contributivo o artigo 3.º-A, sobre o qual destacamos o seguinte:

- Todos os trabalhadores inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários abrangidos pelo regime de segurança social constante de instrumento de

10/11

ORA newsletter

Nº 49 – FEVEREIRO/2011
(circulação limitada)

regulamentação colectiva vigente no sector são integrados no regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem para efeitos de protecção na parentalidade, maternidade, paternidade e adopção e velhice, mantendo-se cobertas pelo regime do instrumento de regulamentação colectiva as eventualidades de doença profissional e desemprego.

- A taxa contributiva será de 26,6%, sendo que 23,6% fica a cargo da entidade empregadora e 3% a cargo do trabalhador. Para as entidades sem fins lucrativos, a taxa global será de 25,4%, cabendo 22,4% à entidade empregadora e 3% ao trabalhador.

Face ao exposto anteriormente, a lei do OE 2011 procedeu à revogação do n.º 2 e 3, artigo 274.º do CC.

- Ivo Morais -

Bibliografia:

- Diplomas legais;
- Formação OROC – O Novo Código Contributivo – alguns comentários sobre o seu impacto nas empresas – 18 de Janeiro de 2011;
- Formação OTOC – Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social – 24 de Agosto de 2010;
- Site oficial da Segurança Social (www.seg-social.pt/).

REVISORES E AUDITORES

Damos nota que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas editou, recentemente, um Manual contendo a tradução oficial das normas internacionais de auditoria e de controlo de qualidade para língua portuguesa, na sequência da publicação do 2010 *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements* emitido pela IFAC.

O processo de tradução, excluindo as normas da série 800, incluiu a revisão pelos serviços de tradução da Comissão Europeia para eventual adopção deste conjunto de normas no espaço comunitário.

Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.

11/11

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662